

IMIGRAÇÃO JAPONESA E RELAÇÃO COM A TERRA: ESTUDO EM ASSAÍ-PR

Japanese immigration and their relationship with the land: a case study in Assaí-PR

Jamile Ruthes Bernardes¹
Maria del Carmen Matilde Huertas Calvente²

¹Universidade Estadual de Londrina

Departamento de Geociências

Rod. Celso Garcia Cid (PR 445), km 380, Campus Universitário, Caixa Postal 6001
CEP: 86051-990, Londrina – PR, Brasil
jamilbernardes@yahoo.com.br

¹Universidade Norte do Paraná

Departamento de Gestão Ambiental

Rua Tietê, 1208, Bairro Vila Nova
CEP: 86025-230, Londrina – PR, Brasil
jamilbernardes@yahoo.com.br

²Universidade Estadual de Londrina

Departamento de Geociências

Rod. Celso Garcia Cid (PR 445), km 380, Campus Universitário – Caixa Postal 6001
CEP: 86051-990, Londrina – PR, Brasil
calvente@uel.br

RESUMO

Fato comum em muitos países do mundo, as migrações podem refletir o grau de satisfação ou insatisfação das pessoas em relação aos lugares. No Brasil, a miscigenação da população é prova de que muitos povos de diversas etnias, culturas e tradições compartilham a mesma sociedade, ou seja, a sociedade brasileira. Um dos povos presentes neste país é o japonês, que por proceder do oriente possui cultura e tradição diferente da ocidental, o que caracteriza algumas diferenças notáveis, como a fisionomia (traços orientais), os templos dedicados ao Budismo – que possuem arquitetura muito peculiar –, o bom desempenho da mão de obra japonesa na agricultura – como na olericultura –, entre outras peculiaridades. Presentes em maior quantidade nos estados de São Paulo e Paraná, os japoneses foram inicialmente inseridos nas fazendas de café para que auxiliassem nos tratos culturais e na colheita do produto. O regime de colonato pautava-se na contratação do colono (imigrante) e sua família para que trabalhassem nos moldes de empreitada. Este artigo trata de uma análise feita sobre a mão de obra de japoneses e descendentes no município de Assaí – PR, em que foram entrevistados 33 agricultores, japoneses e descendentes de japoneses, com o intuito de verificar como é a relação deles com a terra em suas propriedades. Buscou-se verificar se há maior envolvimento na atividade devido à cultura japonesa ser, em parte, pautada em persistência e valorização da terra.

Palavras-chave: Migrações. Valorização da terra. Japoneses.

ABSTRACT

A common fact in some countries, the migrations can reflect the satisfaction or dissatisfaction in people about the places. In Brazil, the miscegenation of the people is the prove of that people of several ethnicities, culture and traditions can sharing the same society, in other words, Brazilian society. One kind of folk that lives here, in Brazil, is the Japanese, that, because of to be native of Japan, have culture and tradition different from the western, what features some notable differences as physiognomy, temples dedicated to Buddhism, that have a particular architecture, the good labor in agriculture, as in horticulture, among other particularities. In large quantities in São Paulo and Paraná States,

the Japanese were inserted initially in coffee farms to labor in crops. Colonato system dealt in hiring the settler (immigrant) and his family to labor. This article analyses Japanese and their descendent's labor in Assaí – PR, where there were interviewee thirty three farmers, Japanese and descendants, to verify how is the relationship between Japanese and their farms, to discover if their envelopment with the earth is bigger because Japanese culture, that is based on persistence and land appreciation.

Key-words: Migrations. Land appreciation. Japanese.

1. INTRODUÇÃO

A imigração japonesa, bem como a de outras nacionalidades, ocorreu intensamente, no Brasil, no início do século XX. É fundamental recordar por que ocorreram essas migrações, para onde foram esses imigrantes quando aqui chegaram e qual é a importância que os mesmos representaram para a sociedade de nosso país, no sentido da contribuição de trabalho e na sua convivência com os brasileiros.

Nessa perspectiva, no presente artigo, procurou-se ressaltar esses pontos, a fim de reunir informações suficientes à compreensão de como os japoneses se adaptaram ao modo de vida brasileiro, trabalhando nas fazendas de café na tentativa de adquirir sua própria terra e melhorar as condições de sobrevivência, propósito pelo qual foram incentivados a migrarem para o Brasil.

Procurou-se também entender a importância da cultura e da tradição nipônica no Brasil, bem como no norte do Paraná, mais especificamente no município de Assaí (figura 1). Esse município recebeu muitos imigrantes japoneses para iniciarem a atividade de plantio de café e mais tarde do algodão. Dessa forma, muitas propriedades foram ocupadas por japoneses que compravam as propriedades estando ainda no Japão ou mediante informações que obtinham de conhecidos que vieram ao Brasil e informavam que as terras por aqui eram muito férteis. Assim, concluíam que valia a pena vir para cá no intuito de melhorar a condição de vida da família, visto que o início da ocupação dos japoneses entrevistados em Assaí se deu por volta de 1930, período que compreendeu a Segunda Guerra Mundial, a qual assolou boa parte do Japão, estimulando a emigração.

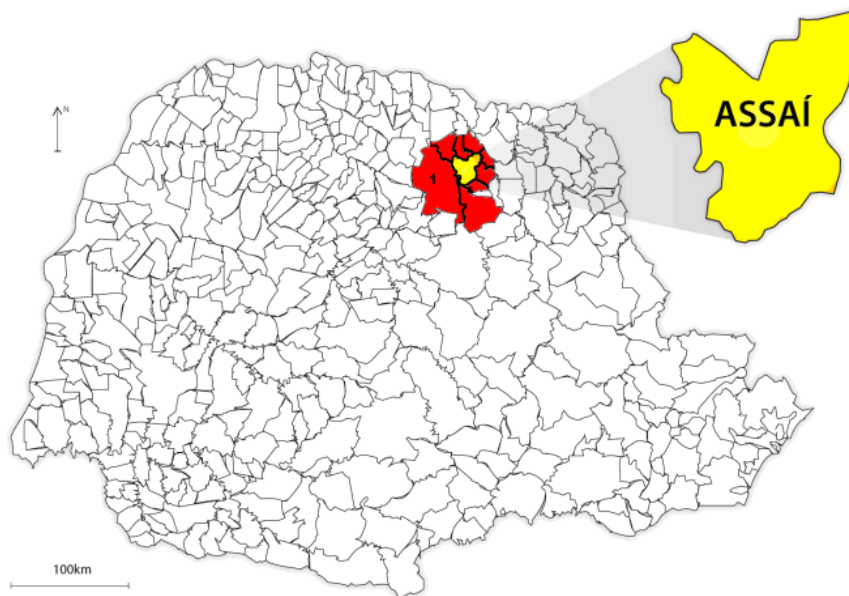


Figura 1: Localização do município de Assaí no estado do Paraná e seus limites municipais - 2009. O número 1 representa o município de Londrina. Elaborado por: Beatriz Figueiró e Jamile Ruthes Bernardes.

Base cartográfica: Símbolos Nacionais (2009). Nacionais (2009).

Para conseguir dados para este artigo, foi elaborado um roteiro de entrevista que foi aplicado na Exposição Agrícola de Assaí (EXPOASA), em junho de 2008, além de visitas realizadas nas propriedades dos agricultores japoneses e descendentes que participaram da pesquisa. O número total de entrevistados neste trabalho foi de 33 agricultores. A identidade deles será ocultada, conforme combinado durante as entrevistas, o que possibilitou a obtenção de dados que mostram qual a relação deles com a terra, como a utilizam e se gostam ou não de trabalhar na terra. Também revelaram a importância do esforço, da educação e que é necessário ser aplicado e esforçado para conseguir retorno em qualquer atividade que se disponha a realizar.

2 IMIGRAÇÃO, MIGRAÇÃO E VALORIZAÇÃO DAS TERRAS

As migrações ocorrem por inúmeros fatores: religião, busca de novos empregos, questões familiares, de saúde e outros. Entre esses fatores, pode-se ressaltar a valorização da terra, pois muitas pessoas deslocam-se para outros lugares ou países por entenderem esses locais como significado de esperança e novas oportunidades, por serem, eventualmente, centros mais estruturados do que os de seu país de origem, ou ainda por outros motivos. É possível perceber que as migrações ocorrem, principalmente, quando há fragilidades econômicas, políticas ou sociais em alguns países, o que faz com que estes deixem de ser atrativos, levando uma parcela da população a buscar oportunidades e melhores condições de renda, de segurança e de estabilidade em outros lugares.

No livro *População e Geografia*, faz vários apontamentos sobre indicadores que compõem a questão da Demografia, além de uma importante definição sobre migrações:

Definem-se migrações permanentes e episódicas, as transferências autoritárias da população – como a migração de refugiados, o comércio de escravos, etc. – e as migrações espontâneas (aparentemente espontâneas). Delineiam-se motivos políticos e econômicos conjunturais ou causas econômicas mais estruturais. Principalmente, quanto às causas da migração, sugere-se, genericamente, as motivações ou persegue-se, mais de perto, o quadro histórico particular, que a moveu. Entre as afirmações genéricas, está a de definir-se como causa permanente das migrações a pressão demográfica, fruto de um rendimento na área de origem, cujo aumento não acompanha o da população (DAMIANI, 2006, p. 62).

Pode-se perceber, portanto, que as causas que levam as pessoas a migrar são as mais diversas. E é notório que, com a transferência do domicílio para outro país, torna-se possível retomar as atividades diárias, desde que o processo de adaptação do imigrante seja iniciado e que ele se proponha a ocupar-se das atividades oferecidas pelo país que o recebeu.

No caso deste artigo, a ênfase está no processo de imigração dos japoneses – que foi incentivada pelo governo japonês, no final do século XIX, na Era Meiji (1868-1912) –, focando a atenção na população rural. A era Meiji foi um importante período para os japoneses, pois marcou o início de um intenso processo de mudanças que influenciou toda a história posterior do Japão. A restauração Meiji introduziu o país em uma nova realidade, rumo à modernização por meio de reformas sociais e econômicas.

Com a instituição do pagamento dos impostos referentes a terra somente em dinheiro, inclusive com altas taxas, somente uma parcela dos agricultores pôde arcar com tais despesas, ocorrendo assim a concentração de terras. No Brasil, alguns agricultores também foram obrigados a deixar o campo em virtude da modernização tecnológica, da dificuldade no acesso a créditos para investimentos, entre outros motivos. Inicialmente, migraram para as cidades, onde o desemprego também ocorreu por vários motivos, sobretudo, pelo êxodo rural.

De 1908 a 1973 entraram no Brasil 249.177 imigrantes japoneses. A farta propaganda feita no Japão sobre um país de dimensões continentais, que oferecia grandes facilidades para se fazer fortuna, entusiasmou milhares e milhares de japoneses que, à época, encontravam-se sem perspectiva de vida sequer razoável na terra onde nasceram. Eram basicamente camponeses, que ficaram aliçados do processo de modernização artificial que se tentou imprimir ao Japão. A transição da era feudal para a capitalista havia trazido reflexos dolorosos para a comunidade rural daquele país. Razões de ordem sócio-econômica passaram a exigir que o Japão promovesse a emigração (OGUIDO, 1988, p. 8).

A partir de 1868, muitos japoneses iniciaram um processo de imigração livre, porém ilegal, dirigindo-se a vários países do mundo, como Canadá, EUA, México, entre outros, objetivando o enriquecimento rápido, para que pudessem retornar ao Japão. Esse processo foi ilegal porque o governo japonês não tinha uma política de emigração que protegesse os emigrantes. Portanto, esses ficariam sujeitos às imposições do Governo e das políticas do país de destino.

E a partir de 1891, a emigração japonesa passou a ser orientada por algumas empresas particulares japonesas, as quais procuraram inserir os japoneses que queriam migrar para países que tivessem políticas receptivas de imigrantes, na tentativa de assegurar-lhes condições básicas e estruturais (econômica, saúde, moradia). “Em 1896 é promulgada uma lei pelo parlamento visando à proteção do imigrante” (ASARI, 1992, p. 3).

Reafirmando essa ideia, Sano (1989, p. 1) faz algumas ressalvas sobre a saída dos imigrantes japoneses de seu país de origem:

Iludidos ou não com o “paraíso brasileiro”, os japoneses vieram para cá porque não tinham meios de permanecer lá. No Japão, a desintegração das camadas rurais, que já vinha ocorrendo desde os meados de século XIX, acelerou-se com a chamada “Restauração Meiji” (1868) e sua política de industrialização e urbanização ultra-rápidas às custas do setor agrário. De fato, para financiar essa modernização do Japão sem recorrer a recursos estrangeiros, optou-se por uma pesada taxa sobre a terra e a produção agrícola – o que para muitos pequenos proprietários, arrendatários e camponeses significou a deterioração ainda maior de suas condições de vida. São essas pessoas, colocadas à margem do processo de modernização do Japão, que foram procurar no além-mar novas perspectivas para suas vidas. Assim, ainda em 1868, os primeiros imigrantes japoneses desembarcaram em Honolulu, no Havaí, para trabalhar nas plantações de açúcar. No mesmo ano, outros chegaram à ilha de Guam, uma possessão alemã. Com a incorporação do Havaí pelos Estados Unidos, estabeleceu-se o fluxo migratório de japoneses para a América: primeiro, para o oeste dos Estados Unidos como trabalhadores da frente pioneira; depois, nas indústrias madeireira e pesqueira do Canadá e do Peru; e, posteriormente, para o Brasil, como colonos nas fazendas de café.

O interesse do governo japonês na saída de parcela da população, à procura de melhores condições, aumentava à medida que essas pessoas se estabeleciam e conseguiam aprender rapidamente os ofícios da agricultura, das minas de carvão e níquel e da construção de rodovias, entre outros, ganhando salários melhores e iniciando a transferência de parte do dinheiro para a família, que permanecia no Japão. Alguns japoneses mandavam porções significativas de dinheiro para o seu país de origem.

O que muitos japoneses não esperavam era que o Governo de alguns países, ao perceber que os imigrantes desfavoreciam a mão de obra local – pois trabalhavam por baixos salários –, não teriam mais interesse em recebê-los, passando a tomar medidas protecionistas e fechando seus portos. Esses países, antes atrativos, passaram a despertar repulsa aos imigrantes. Dessa forma,

países como o Brasil, que ainda se mostravam atrativos à recepção de trabalhadores para inserção na agricultura, tornaram-se um destino bastante procurado e promissor para os japoneses.

O Brasil, após a abolição da escravidão, em 1888, apresentou defasagem na mão de obra para a colheita do café. E os japoneses, assim como os italianos, alemães, belgas, e tantos outros, foram incluídos nos contingentes de trabalhadores rurais. A economista Maria Lucia Lamounier, em um artigo sobre o trabalho nas lavouras de café do estado de São Paulo e nas ferrovias brasileiras, entre 1850-1890, aponta alguns motivos para a preferência dos proprietários (barões do café) por imigrantes, em vez de brasileiros, pois, “[...] alguns estudos, ao assumirem que os nacionais teriam vivido à margem da sociedade, chamam a atenção para o preconceito da sociedade brasileira contemporânea contra a população mestiça, livre e pobre”, e continua dizendo que essa população é “[...] apresentada como ‘indolente’, ‘vadia’ e ‘ociosa’. Tal preconceito, por sua vez, explicaria a preferência dos fazendeiros pelos imigrantes” (LAMOUNIER, 2007, p.354).

Há, ainda, outra vertente que explica o fato da empregabilidade nas fazendas de café ter sido em grande parte ocupada por imigrantes, pois coloca o trabalhador brasileiro como independente e autônomo, já que:

[...] atitudes da população livre e pobre com relação ao trabalho em uma sociedade escravista e em um país com uma fronteira aberta, revelariam a resistência desses trabalhadores em mudar um modo de vida baseado em valores culturais tradicionais para um outro mais metódico e disciplinado (LAMOUNIER, 2007, p.354).

O fato é que, realmente, as fazendas de café necessitavam de mão de obra para o trabalho “abandonado” pelos escravos, e os japoneses, brasileiros, italianos, entre outros, eram opções para o ofício que não podia parar.

De fato, a origem desse contingente de trabalhadores está diretamente relacionada com a substituição dos escravos e a preservação da economia colonial contra qualquer tipo de transformação que pudesse ser produzida pelo desaparecimento do regime de trabalho cativo (MARTINS, 1979, p.118).

Sano (1989) escreveu sobre a empregabilidade dos imigrantes e outros problemas que ocorreram ao longo do tempo, pois nem tudo foi como sonhavam os que chegaram ao Brasil, com esperanças de melhores condições de vida. Se no Japão sobrava mão de obra, aqui, no Brasil, de forma diferenciada, tentava-se resolver o problema de sua carência para a lavoura cafeeira, então em expansão. Com a extinção do tráfico de escravos, em 1850, e o fim da escravidão, em 1888, a solução encontrada foi a contratação, em massa, de imigrantes europeus. Muitos imigrantes japoneses, entretanto, acabaram sofrendo devido às péssimas condições de trabalho que tiveram de enfrentar, situação essa muito diferente do sonho que acalentavam, e que os levou a ansiar e lutar pelo retorno à terra natal.

Após um enorme contingente de imigrantes italianos, alemães, belgas, entre outros, entrar no Brasil, por volta de 1890-1910, os números começaram a cair. Levando-se em conta que a cafeicultura, apesar das oscilações, constituía o principal setor da economia brasileira, houve, nesse período, carência de força de trabalho. Os olhos dos cafeicultores, então, voltaram-se definitivamente para o Oriente e, em particular, para o Japão. Fukagawa (1988) relata que a entrada de imigrantes japoneses no Brasil antecede a data oficial de 1908 e expõe que desde 1906 e 1907 havia mais de duas dezenas de japoneses aqui, com objetivos variados. Um deles era Ryu Mizuno, que fundou a empresa Kô-Koku Shokumin Kaisha, por meio da qual foram introduzidas, oficialmente, as primeiras levas de imigrantes japoneses no Brasil.

Desse modo, em 1907, foi assinado, por pressão dos fazendeiros e em caráter experimental, um contrato com a Companhia Imperial de Emigração do Japão. Nesse acordo, a

Companhia ficava autorizada a transportar 3.000 japoneses, em parcelas anuais de mil pessoas, cabendo ao governo de São Paulo subvencionar parte dos gastos com o transporte desses imigrantes. A figura 2 apresenta o conteúdo incentivador da campanha de incentivo à migração desenvolvida no Japão.



Figura 2: Cartaz da Empresa Internacional de Ação Social, no Japão, dizendo: “Vamos toda a família para a América do Sul. Ajudamos pessoas a migrar para o Brasil”.

Fonte: Sano (1989, p.02).

Entretanto, os objetivos dos que aderiram a ela era: migrar, trabalhar com afinco, alcançar sucesso financeiro e retornar à pátria.

Da fase que cobre a primeira leva de imigrantes do Kasato Maru até 1924, podem ser ressaltadas algumas características. Nessa primeira etapa, a vinda dos trabalhadores japoneses – que sempre foi assistida oficialmente pelo governo do Japão em acordos com o Brasil – direcionou-se marcadamente para São Paulo. Os primeiros imigrantes vinham através do contrato entre as companhias de imigração japonesas e os cafeicultores paulistas, os quais pagavam o custeio do estabelecimento das famílias nas fazendas. O contrato previa, para cada família, um mínimo de três trabalhadores, em regime de trabalho assinado por pelo menos dois anos. Ainda que incentivados pelo Estado japonês, os que tomaram a decisão de emigrar eram motivados pelo desejo próprio de mudar sua condição de vida, para retornarem à terra natal como pródigos bem-sucedidos (KODAMA; SAKURAI, 2008, p.19).

O sistema de trabalho no qual os imigrantes japoneses foram inseridos, nas fazendas de café, foi o colonato, que segundo Schpun (2008, p.137) “[...] baseava-se na participação de todos os membros da família: a cada um cabia certo número de pés de café e, quanto mais numerosos seus membros, maior era sua rentabilidade”.

Ressalta-se que no sistema de colonato o pagamento aos colonos não era feito integralmente em dinheiro, porque esses recebiam parte da produção de café pelos tratos que davam à cultura, bem como se beneficiavam de poder plantar outras culturas de subsistência nos arruamentos entre os pés de café.

O tempo médio de permanência no sistema de colonato foi, para os japoneses, relativamente curto: metade deixou as fazendas de café em menos de cinco anos, mas uma boa parte o fez em menos de dois anos. Muitos alcançaram rapidamente a posição de arrendatários ou de pequenos proprietários, seguindo as duas possibilidades que se apresentavam na época: em primeiro lugar o acesso às chamadas “terras velhas”, gastas pelo café, onde se dedicaram à policultura intensiva de frutas e legumes. Em segundo lugar, a compra ou arrendamento de terras ainda virgens, nas zonas pioneiras, optando por uma mobilidade acelerada em que a revenda era também rápida, seguindo o ritmo do avanço da fronteira do café (SCHPUN, 2008, p.138).

Martins apresenta considerações acerca do colonato, revelando que o fazendeiro estabelecia acordos com os imigrantes sobre quais seriam os direitos dos colonos em relação ao cultivo das culturas de subsistência e também sobre a pequena parcela de pagamento, feita em dinheiro, pelos trabalhos prestados por eles, nas fazendas.

Às vezes o colono tinha que dividir a sua colheita de milho e feijão com o fazendeiro. Às vezes não. Geralmente, ele e sua família consumiam uma parte dos gêneros colhidos, vendendo o excedente previsível. Além disso, recebia uma quantia em dinheiro correspondente a um número determinado de cafeeiros sob seu cuidado, mais uma importância variável relativa à produtividade do cafezal em cada ano. O acordo incluía moradia, água, lenha e pasto para um ou dois animais (MARTINS, 1979, p.127).

Ao conversar com um dos entrevistados (entrevistado 1), em Assaí, ele ressaltou que antigamente (década de 1930) a aquisição de terras era mais fácil, pois seu avô conseguiu comprar terras depois de trabalhar durante dois anos numa fazenda no interior de São Paulo. Comentou, ainda, que a família valorizava muito a terra, pois havia participado, trabalhando, de todo o processo de aquisição dessa tão sonhada conquista.

Há diferença entre quem possui a terra e quem apenas trabalha nela, já que a terra não tem valor e sim preço, já que o proprietário pode obter daí a renda da terra que, segundo Oliveira (1986, p. 93), “[...] é a fração suplementar permanente do lucro capitalista que explora a terra sob relações capitalistas de produção, ou seja, sob relações baseadas no trabalho assalariado em melhores condições”.

A renda da terra absoluta é a renda paga pela sociedade, a qual paga pelos possíveis frutos que essa terra poderá produzir, e Oliveira (1990, p. 75) escreve que “é uma fração da massa de mais-valia global dos trabalhadores em geral da sociedade”. Portanto, quando um proprietário compra a terra, ele compra a renda capitalizada da terra.

A produção e o lucro gerados por ela também podem ser de posse do proprietário, ou o mesmo pode arrendar a terra e receber por isso. Há, ainda, os que deixam as terras improdutivas, à espera de valorização, especulando o mercado para vendê-las num momento oportuno. Esse tipo de conduta dificulta o acesso a terra, inclusive para fins de reforma agrária, o que pode manter o desemprego de muitas pessoas que vêm, no campo, suas únicas possibilidades de trabalho.

Alguns japoneses, os que tinham certas reservas em dinheiro, ou que negociavam com as companhias de emigração, podiam adquirir as terras brasileiras lá mesmo, no Japão. Assim, quando chegassem ao Brasil já estariam inseridos no processo produtivo formador de café.

Considera-se importante ressaltar, novamente, o quanto se almejava adquirir terras, sonho dos imigrantes que chegaram ao Brasil sem nada, pois é notório, por meio de leituras feitas, que os imigrantes japoneses e seus descendentes não se conformavam em ser tratados como escravos. Ou seja: tinham perspectiva de trabalhar para progredir, comprar uma porção de terra que lhes servissem, tanto como moradia como espaço de trabalho, a fim de que pudessem exercer seu labor na agricultura. Vivendo em situação de maus tratos e indiferença por parte dos patrões, fugiam de algumas fazendas, em busca de melhorias na sua condição econômico-social, segundo Asari (1992,

p. 7), “[...] seja tornando-se arrendatário, meeiro, ou dirigindo-se para a cidade para trabalhar em serviços urbanos”.

Sabendo de tais condições, o governo japonês continuou subsidiando os imigrantes e a partir de 1925, juntamente com a fundação de associações ultramarinas (representantes das empresas colonizadoras japonesas pelo mundo), resolveu comprar, no Brasil (nos Estados de São Paulo e Paraná), lotes de terras para estabelecer núcleos agrícolas e, dessa forma, oferecer aos imigrantes japoneses oportunidades de fixação na terra, o que lhes abria um novo e seguro espaço de trabalho.

Após adquirir o lote, o imigrante procederia à derrubada da mata – quando ainda houvesse – e iniciaria o cultivo em seu estabelecimento. Como Schpun (2008, p. 139) observou, os lotes não eram tão extensos e as terras nem sempre eram as mais produtivas. “[...] nas duas frentes rurais ocupadas pelos japoneses, a pequena propriedade parece ter avançado mais rápido que o latifúndio”. Dessa forma, a agricultura diversificada (policulturas) foi a opção de alguns imigrantes japoneses para suprir as necessidades de algumas cidades:

A prática da policultura serviu para suprir as necessidades das cidades que, além de São Paulo, foram implantadas no caminho da expansão cafeeira, abrindo um mercado que os japoneses souberam – ou puderam – tomar e desenvolver. Fora a agricultura de alimentos, os japoneses dedicaram-se, também, a novas culturas. Dentre elas, destaca-se o algodão, cuja expansão se fez sentir, de modo agudo, após a crise de 1929, e, sobretudo a partir de 1932, justamente graças aos agricultores de origem nipônica (SCHPUN, 2008, p. 139).

Para a nissei¹ Estela Okabayashi (FIORE, 2008), – a primeira nissei a nascer em Londrina-PR – a maior contribuição dos japoneses para o Brasil está no desenvolvimento da agricultura. Ela revela que os japoneses aprenderam a cultivar muitas espécies nativas por meio de experimentos, criando variedades híbridas.

Mais uma vez, teve-se a contribuição de um entrevistado² no que se refere às técnicas voltadas para a melhoria de algumas espécies de cultivares, ressaltando a importância das mesmas para a agricultura:

Comprei há poucos dias umas mudas em Santa Catarina, de uma variedade de banana a qual chega aqui muito saudável. Não fiz por aqui porque não ficaria do mesmo jeito, já que requer manejo especializado para isso. Mas o que faço sempre é tentar enxertar uma planta na outra para ver surgir uma qualidade melhor de frutas. Um exemplo interessante é o do abacate no qual eu faço os enxertos de pequenos brotos num tronco que servirá como base para a planta crescer. Dá umas plantas saudáveis e muito boas para comercializar (Entrevistado 1).

O agricultor fez questão de mostrar o enxerto (figura 3) que fez em sua propriedade e explicou que poucas pessoas conseguem realizar esse trabalho com sucesso, pois não se trata somente de ir até algum vizinho que saiba fazer e perguntar como se faz. Ele relatou que é necessário ter paciência, habilidade e insistir para que se consiga atingir o objetivo de produzir uma variedade saudável e rentável.

Kodama e Sakurai (2008) escrevem que os japoneses deram uma importante contribuição à fruticultura brasileira, pois algumas frutas que antes eram importadas passaram a ser produzidas aqui. As autoras complementam essa ideia relatando que os descendentes de japoneses participaram, no sul do Brasil, de projetos de fruticultura. Os que moravam no Nordeste também acompanharam o desenvolvimento de fruticultura irrigada no semiárido, mais precisamente no vale médio do rio São Francisco. Procurou-se então compreender a relação que esses imigrantes e seus filhos tiveram e tem com o solo ou com a terra, utilizando também entrevistas feitas em Assaí.



Figura 3: Enxerto de uma espécie de abacate em um tronco base.
Foto: Bernardes J. R., 16/01/2009.

3 JAPONESES E DESCENDENTES: AFETIVIDADE COM A TERRA, QUESTÃO DE TRADIÇÃO?

Este artigo resultou da compilação de informações acerca da tradição japonesa, que é marcante e também se encontra presente nas famílias dos japoneses nascidos fora do Japão. Sobre os japoneses, a imagem que muitas vezes se delineia é a de dedicação à terra. Pois, quando se analisa de perto seus usos e costumes, chega-se à conclusão de que, para se atingir um denominador final de sucesso e prosperidade, deve-se respeitar as etapas inerentes. Além do mais, os japoneses são respeitados por sua sabedoria, lealdade e disciplina. Para Sakurai (2007), os japoneses sofreram influências dos samurais, o que lhes proporcionou um forte senso de sobriedade, disciplina e lealdade.

De acordo com essa cultura, a pessoa deveria perseguir a sabedoria, a honra e a coragem, não considerando apenas a luta, mas também esses outros atributos citados. Além da ética samurai, os japoneses sofreram influência da filosofia budista, que prega a existência da vida após a morte, considerando a vida terrena somente como mais um ciclo. O que remete à ancestralidade, fazendo com que, até os dias atuais, sejam realizados cultos aos antepassados da família.

O xintoísmo é considerado a religião oficial do Japão por remeter seu culto aos ancestrais míticos. Com o budismo, agrega o maior número de adeptos. No seu dia a dia, os japoneses mesclam os cultos de ambas as religiões, que, ao longo da história japonesa, foram interpretados e praticados de acordo com várias correntes (SAKURAI, 2007).

Em textos dedicados à cultura japonesa, é comum encontrar frases do tipo: “Japoneses promoveram uma revolução no campo, graças ao amor e paciência.” Ou ainda: “A observação, fenômeno nato dos japoneses e seus ancestrais, é determinante no sucesso em suas atividades” (CARVALHO, 2008, p.20). Pode-se notar, também, que a dedicação tradicional da família se inicia em algum setor; por exemplo, se uma família possui terras, alguns integrantes podem trabalhar para dela tirar seu sustento e, se possível, aumentar sua renda com a venda de produtos. Quando o chefe da família morre, há, na maioria das vezes, a continuidade das atividades, visto que, segundo Sakurai (2007), o presente é fruto do trabalho e da dedicação aos ancestrais; por isso, a pessoa deve se pautar por uma conduta sábia e reta, a fim de não desonrar tudo o que recebe. É necessário ressaltar, ainda, outra observação referente à continuidade das atividades que os ancestrais desenvolviam. Na pesquisa *in loco*, no município de Assaí, percebeu-se, nas falas de alguns entrevistados, a continuidade – movida também pela falta de oportunidades –, como se vê a seguir:

Na família foi assim: eu era o filho mais velho e por isso fiquei com as obrigações do trabalho no sítio. Meus irmãos ajudaram quando eram mais novos, mas daí só um quis ficar ajudando depois. Eu acho que não pode ignorar o que você recebe, tem que levar pra frente. Se eu pudesse teria talvez trabalhado em outra coisa, mas não foi assim né? (Entrevistado 2).

Eu tenho irmão comerciante, outro que estudou mais que eu. Eu tive que ficar no sítio pra trabalhar. Hoje eu não quero que os meus filhos fiquem. Só o mais velho quer ajudar, os outros não. Tá certo, tem que estudar. Hoje em dia as coisas são diferentes, tem que estudar. (Entrevistado 3).

De fato, muitas vezes a continuidade das atividades ocorre como forma de manter o que os pais e avós construíram. Como se tentar outro tipo de atividade ou renegar a continuidade daquela, fosse desrespeitoso e denotasse ingratidão em relação ao que foi herdado. O trabalho na lavoura, segundo 20% dos entrevistados, teve continuidade pelo fato deles não saberem fazer outra coisa, ou seja, o ensinamento recebido dos ancestrais remeteu à sabedoria para lidar com a terra, com a natureza, e não, por exemplo, com outras atividades.

Desde pequeno eu aprendi com meus pais o trabalho de plantio. A gente se envolve no sítio, o trabalho tem que ser feito e quando você vê é aquilo que você aprendeu a fazer. É bom trabalhar na terra porque você vê de perto o seu esforço. Eu não sei trabalhar com outra coisa, mas, se fosse pra escolher eu queria trabalhar na terra mesmo. (Entrevistado 4).

Trabalhar na terra é bom, você vê as etapas da produção desde quando você compra as sementes e os insumos, conversa com o agrônomo, mas isso é hoje. Antes era com menos tecnologia, a gente tinha que trabalhar mesmo. Nas safras de hoje em dia, se você parar pra pensar, trabalha mesmo uns 15 dias só. O resto é pra tomar conta de outras coisas. Na época dos meus pais não era assim, tinha que trabalhar direto pra dar conta de tudo e eu aprendi assim. (Entrevistado 5).

É isso que sei fazer, não posso trabalhar em outro lugar. (Entrevistado 6).

Hoje em dia, com o processo intenso de miscigenação pelo qual o Brasil passa, é possível perceber a permeação da cultura/tradição dos nipônicos, principalmente nos estados do Paraná e de São Paulo, onde as colônias japonesas existem em grande quantidade, podendo apresentar, aos brasileiros não descendentes que se interessarem, aspectos sobre gastronomia, música, dança, rituais religiosos, dedicação à natureza, arte, entre muitos outros. A união de brasileiros com descendentes de japoneses também se tornou um fato comum, o que, nas primeiras gerações, no Brasil, quase não era perceptível.

A miscigenação é uma forte característica na sociedade brasileira, enquanto entre os imigrantes japoneses não era um fato comum a união de um natural com uma pessoa que não fosse japonesa, porque além das razões culturais, isso, em parte podia ser obstáculo à intenção ou a um ideal eventualmente existente de retorno ao Japão. Essa situação passou a se reverter a partir da década de 1970, em virtude da própria experiência da segunda e terceira gerações de filhos de imigrantes (PEREIRA; OLIVEIRA, 2008, p.48).

A realidade, entretanto, é que os hábitos ou o modo de vivenciar essa tradição japonesa sofreram adaptações, pois não há como se reproduzir, exatamente, o que ocorre num país – onde todos são japoneses, onde se fala japonês, onde tudo é voltado para essa tradição –, em um país

diferente, no caso, o Brasil. Há como se importar hábitos via pessoas, via livros, via internet, mas a vivência não será a mesma. Para Tomimatsu (2008, p. 3):

Essa tradição cultural japonesa passou por um filtro brasileiro e vive outra realidade. Não é exatamente uma cópia, uma reprodução. É uma maneira de conservar a tradição, adequando-se ao contexto brasileiro. Não deixa de ser uma conservação da cultura, mas também não há como negar que houve uma transformação. O que acontece no Japão não é o que acontece aqui no Brasil.

Há que se ressaltar que a tradição é, na maioria das vezes, mais presente e vivenciada pelos japoneses ou descendentes mais idosos, que trouxeram consigo os hábitos que seus pais fizeram e fazem questão de manter. Nota-se, também, que as novas gerações de descendentes de japoneses ainda permanecem engajadas na cultura e na tradição japonesas. Lemes (2008), entretanto, escreve que houve uma rota perdida por muitos descendentes que não fizeram questão alguma de manter a cultura de seus ancestrais. Mas afirma também que, num fenômeno recente, as gerações estão se interessando em fazer a viagem de volta à terra dos samurais. E ao mergulhar na tradição japonesa, os jovens lembram que aprenderam alguns valores importantes, como disciplina e responsabilidade, frutos de uma tradição milenar.

Para Tomimatsu (2008), a tradição renova-se de geração para geração e não é possível que se conserve a mesma, desde o início da chegada dos primeiros japoneses ao Brasil. O motivo principal de se desenvolver este trabalho com os imigrantes japoneses e seus descendentes, em Assaí, surgiu da curiosidade de verificar se esse povo – que vem de um país onde a terra é escassa e cara –, quando se depara com a grande extensão do território brasileiro (8.514.876 quilômetros quadrados) e quando adquire sua própria terra, aproveita, de maneira mais consciente e mais racional, cada parcela de área. Ou seja: se a terra é mais bem trabalhada por eles, devido à afinidade com a própria terra, tanto quanto às técnicas empregadas no campo. Segundo Sakurai (2007, p.38) a “[...] exiguidade do território habitável leva os japoneses a respeitar cada pedaço de chão, sem desperdícios”.

O aproveitamento da terra seria a utilização de técnicas corretas de manejo do solo, aliadas à necessidade de percepção do que pode ser melhorado no espaço de cultivo e nos tratos culturais, do que precisa ser conservado na propriedade em relação aos remanescentes florestais – se existirem –, ou das áreas de reserva de mata, experimentação de cruzamento ou enxerto de espécies, na tentativa de se obter produtos mais vistosos, saborosos, rentáveis, entre outros aspectos.

Carvalho (2008, p.20) reforça a ideia de que há empenho, por parte dos *nikkeis*, em experimentar, estudar e desenvolver novas técnicas e aplicá-las na agricultura, tais como:

Na pesquisa agropecuária são inúmeros os exemplos da participação nipônica no desenvolvimento de tecnologias, como variedades, técnicas de cultivo, melhoramento genético de culturas como arroz, feijão, algodão, frutas, soja, manejo do solo e de doenças e pragas e tudo o que envolve a produção agrícola.

Em Assaí, onde anualmente ocorre uma exposição agrícola denominada Expoasa, a qual também foi utilizada como espaço para coleta de dados para este trabalho, há troca de experiências e técnicas de produção entre os agricultores, com destaque aos premiados, que apresentam produtos de excelente qualidade, despertando interesse por parte dos outros produtores em saber como é possível alcançar um elevado grau de excelência na produção.

Em sua totalidade, os japoneses e descendentes de japoneses entrevistados em Assaí eram provenientes de famílias de agricultores no Japão. Seus pais, avós e irmãos trabalhavam na terra, principalmente nos cultivos de arroz, chá e – em poucos casos – nos de milho, bem como em algumas plantações de frutas. Havia ainda o cultivo de hortaliças, que eram utilizadas para subsistência das famílias. Como trabalhavam com pouca variedade de produtos, os japoneses

dominavam certas técnicas de produção a respeito. Este foi um fator complicador na chegada ao Brasil, quando tiveram de trabalhar em fazendas de café, produto que exigia modos diferenciados nos tratos culturais, desde o plantio até a colheita. Oguido (1988, p. 9) escreve que os imigrantes recém-chegados ao Brasil “[...] não conheciam os tratos culturais da lavoura cafeeira”.

Quanto à produtividade na colheita do café, eram superados pelos colonos italianos, pois enquanto estes últimos colhiam dois alqueires e meio, os japoneses colhiam apenas um alqueire e três quartos, com um detalhe de que esta média se referia ao italiano idoso e ao japonês adulto (ASARI, 1992, p. 6).

As falas de alguns entrevistados permitem que se conheça um pouco do passado da família, em que tipo de atividade agrícola os avós ou pais trabalhavam, no Japão. Daí pode-se perceber como as tradições técnicas por eles trazidas foram de grande ajuda, no Brasil, em algumas ocasiões – dependendo da atividade que aqui desempenhavam – e em outras foram insuficientes, levando-os a aprender a trabalhar com a variedade de produtos agrícolas disponíveis, tais como: café, algodão, feijão, frutas diversas, entre outros.

Meu avô era agricultor, veio para o Brasil em 1933. Meu pai já tinha 14 anos e ajudava no trabalho na terra lá no Japão e aqui também. Lá (no Japão), eles plantavam arroz, milho e chá e não tinham máquinas, utilizavam cavalos e ferramentas manuais. Quem veio pro Brasil antes da Guerra, ninguém trouxe experiência com frutas, foi mais com verduras. No Japão todos plantam suas verduras e a tecnologia de hortaliças trouxeram de lá sim. Há 30 anos eram os produtores japoneses que abasteciam o Ceasa de São Paulo. Um dia o Jânio Quadros disse numa entrevista que se não existissem japoneses em São Paulo, o Brasil ia passar fome. (Entrevistado 7).

Eu vim do Japão em 1936. Vieram também meu pai, minha mãe, mais 6 irmãos. Meu pai era agricultor no Japão, plantava arroz e tinha um pouco de cerejeira. Quando chegamos aqui (Brasil), meu pai não sabia como trabalhar com as culturas daqui. (Entrevistado 8).

Meu pai veio do Japão em 1933. Lá ele plantava arroz e algumas verduras para a casa. (Entrevistado 9).

Vieram do Japão meu bisavô, meus avós e meus pais em 1932. Lá as propriedades eram muito pequenas, se você pensar hoje num campo de futebol, você divide ele em quatro. Esse $\frac{1}{4}$ é a parte de terras que tem, no Japão, cada agricultor pra plantar. É tudo muito pequeno. Lá eles plantavam arroz. A situação lá estava difícil e nós viemos para cá para tentar uma vida melhor. O trabalho nas fazendas de café foi o que tinha pra fazer de início até que eles conseguiram comprar umas terras aqui em Assaí. Lá no Japão se preservava muito as reservas de mata e meu pai já deixou a reserva e a mata ciliar pronta para mim. (Entrevistado 10).

Poucas terras são destinadas à agricultura, no Japão, principalmente em virtude da alta densidade populacional. Esse país preferiu se dedicar ao plantio de arroz, de chá e outras poucas culturas, optando pela importação do restante de alimentos e produtos em geral. Um levantamento sobre o uso da terra no Japão, no ano de 2002, revelou que 67% de todo o território japonês é coberto por florestas e campos, ao passo que as terras agricultáveis ocupam 12,8% e, as áreas urbanas, 4,8% (SAKURAI, 2007).

As atividades hortifrutigranjeiras são especialidades de alguns agricultores japoneses e/ou descendentes, pois, quando vieram para o Brasil, trouxeram variedades de legumes e verduras que

aqui se tornaram experimentos (hibridismo). Dessa forma, surgem, cada vez mais, novas qualidades de frutas e vegetais, as chamadas espécies nipo-brasileiras.

Fiore (2008), ao entrevistar Estela Okabayashi Fuzii, descobriu que uma das mais importantes contribuições da cultura japonesa para o Brasil está relacionada à agricultura: ela diz que seus pais tentavam entender as plantas, a terra, o solo e, para isso, trocavam ideias e experiências para o aperfeiçoamento de muitas culturas, principalmente a do café. Estela relata que os locais de desenvolvimento dessa troca de informações eram, inicialmente, as escolas, mas posteriormente foram construídos outros espaços que se tornaram autênticas associações.

Quando se convive com as pessoas em associações, por exemplo, cria-se um senso de cooperação, em que cada um se responsabiliza por uma tarefa. No presente trabalho, os entrevistados deixaram isso muito claro ao relatar que fazem parte de núcleos de famílias, em que cada um tem sua função. No Brasil, bem como no Japão, há esse convívio em associações, cujo foco talvez seja conservação da tradição da cultura japonesa.

O peso da vida comunitária não pode ser desprezado porque faz parte de uma 'cultura' que existe há séculos e que permanece mesmo com as mudanças ocorridas. Até hoje os japoneses têm associações que nasceram no tempo das aldeias (SAKURAI, 2007, p. 286).

Oguido (1988) também confirma que os imigrantes japoneses, com um aguçado espírito de união, reuniam-se com objetivo associativo, tanto pela necessidade de viver em comunidade como pela preocupação com o futuro dos filhos etc.

[...] é interessante saber que na primeira fase da imigração as associações e realizações coletivas foram muito importantes para a manutenção de uma identidade dos imigrantes, visando ao bom resultado dos seus empreendimentos. Organizações tais como jornais em Língua Japonesa, escolas primárias e cooperativas agrícolas começaram a se estabelecer no decorrer do primeiro decênio da imigração (KODAMA; SAKURAI, 2008, p. 20).

Nessas associações (figura 4), a ajuda mútua está sempre presente. E mesmo em eventos como funerais, segundo um dos entrevistados, é providenciado um auxílio em dinheiro para os familiares, para que consigam se reerguer após o incidente da perda do chefe da família ou de algum outro integrante. Essa é uma das responsabilidades das comunidades. Naturalmente, a família que recebe ajuda pode sentir a proximidade e o apoio do grupo no qual está inserida.



Figura 4: Associação dos Agricultores Amigos da Seção Cabiúna.
Foto: Bernardes (2009).

Uma das implicações da maior convivência entre os membros das comunidades japonesas no interior foi a formação de redes de ajuda mútua. Elas se desenvolveram espontaneamente sem cunho religioso ou político, recriando práticas comuns do Japão, como o ‘envelope’, que consistia na contribuição em dinheiro, anônima ou não, para ajudar nos momentos de doença e morte. No Japão, é oferecido para uma família enlutada ‘comprar incenso’; no Brasil, a prática se alargou, usando-se para os momentos de emergência de pessoas ou famílias que os recebiam de parentes e amigos (SAKURAI, 2007, p.130).

Além da utilização dos recursos, os japoneses aprenderam a contemplar a natureza, estabelecendo um elo com a mesma:

A cultura japonesa demonstra que o homem desenvolveu inúmeras formas de contemplar e aprender com a natureza, retirando lições que se immortalizam [...] além de utilizar-se dos seus recursos para sobreviver e se reproduzir (SAKURAI, 2007, p. 20).

Ao se referir à utilização dos recursos, a autora deixa claro que há o uso da terra e do ambiente de forma geral, mas acrescenta que há também a contemplação da natureza. Assim, pode-se concluir que a forma de utilização do solo demonstra cuidados, atenção e respeito.

4 EDUCAÇÃO: CONCRETIZAÇÃO DE PROJETOS E SONHOS

É unânime a opinião de que na educação reside a base de todas as coisas, pois somente por meio dela é possível a modificação de ações e atitudes, bem como a construção de novos pensamentos, na tentativa de modificar e/ou aprimorar certos aspectos, na sociedade, que estejam em desacordo com as exigências do período vivido. Entre os imigrantes japoneses, a ideia de adquirir conhecimento não foi relegada em detrimento de uma dedicação total à agricultura, ou seja, ao trabalho braçal. Segundo entrevistados, os mais velhos, quando não tinham oportunidade de se inserir no processo escolar, incentivavam seus descendentes para que esses seguissem o caminho do conhecimento. Aprender e participar de projetos educativos é uma prática essencial entre os imigrantes e seus descendentes que chegaram ao Brasil imbuídos da ideia de que poderiam vencer, trabalhando na lavoura, para um dia retornar ao Japão.

[...] os nikkeis já não estão ligados à terra como seus pais ou avós. A maioria dos descendentes estudou, e muito. Hoje muita gente de olho puxado ocupa lugar de destaque na sociedade graças ao incentivo que tiveram dos pais para mergulhar nos livros. A cultura dos japoneses é assim. Eles sabem que aqueles que não se aperfeiçoam não conquistam um bom lugar (SANTIN, 2008³, p.12).

Complementando a ideia de que os japoneses e descendentes não valorizam somente o conhecimento empírico, mas também o referente aos estudos, conclui-se que:

Dentre as sociedades mais instruídas do mundo estão os japoneses, cabendo ressaltar que na época da Restauração Meiji, em meados do Século XIX, a população alfabetizada já atingia 40% (PEREIRA; OLIVEIRA, 2008, p. 49).

A preocupação com a educação dos filhos era um fato na vida dos imigrantes que aqui chegavam. Eles queriam que seus filhos frequentassem escolas ou que conseguissem se manter em atividade, para não esquecer a língua e os costumes japoneses. Demartini (2000, p. 3) afirma essa ideia, escrevendo que:

A maior parte dos pais queria que seus filhos aprendessem a língua e os costumes japoneses, tendo em vista o retorno a seu país de origem; caso as crianças não fossem educadas à maneira japonesa, poderiam ser marginalizadas ao voltar. O grande dilema dos pais era optar entre os interesses econômicos e a educação: seria melhor guardar o dinheiro para o retorno ao Japão ou empregá-lo na educação dos filhos? De qualquer modo, nenhum pai desejava ter filhos “caboclos”; assim, procuravam fazer com que eles pudessem também frequentar o ginásio da cidade. Portanto, tornava-se necessário construir escolas particulares, pois o governo brasileiro não construía escolas nem mesmo para as crianças brasileiras em idade escolar, deixando aos imigrantes a resolução de suas questões educacionais.

Os entrevistados contaram que seus filhos e netos se graduaram ou estão estudando para profissões ligadas às atividades que os pais e avós desenvolviam. Disseram, ainda, que em municípios onde a agricultura é uma das principais atividades desenvolvidas, percebe-se que alguns profissionais são formados nas áreas de zootecnia, agronomia ou em curso técnico de atividades agrícolas, entre outros, para dar suporte ao próprio estabelecimento da família, como se nota no seguinte depoimento:

Sou agrônomo e também possuo terras em Assaí. Escolhi essa profissão por já trabalhar na terra e por gostar do que faço. Muitos agricultores aqui da região têm parentes, filhos, netos que se formam como agrônomos ou técnicos agrícolas (Entrevistado 11).

Segundo Demartini (2000), a falta de livros em Português e de professores que falassem bem a língua portuguesa, também foi um entrave ao ensino nas escolas. Era preciso aprender a língua do país receptor e não só conversar na língua japonesa. As primeiras escolas também não tinham uma estrutura favorável ao ensino, visto que as construções eram precárias, feitas com poucos recursos, pois os imigrantes ainda estavam se engajando no processo produtivo nas fazendas; e o que sobrava de dinheiro para investir em escolas e associações ainda não era suficiente para construir instalações mais apropriadas. Em Assaí, as seções onde os agricultores possuem seus estabelecimentos contam com associações e até escolas japonesas, algumas já abandonadas, como a da seção Cabiúna, apresentada na figura 5.



Figura 5: Escola japonesa (desativada) localizada na seção Cabiúna.

Foto: Bernardes, J. R. **Data:** 16/01/2009.

A busca pelo aprendizado reflete o interesse em renovar conteúdos, almejar um trabalho melhor, propiciar engajamento entre pessoas intelectualmente compatíveis, ou seja: incentiva cada

indivíduo a fazer, à sua maneira, uso daquilo que aprende constantemente. Os imigrantes japoneses e seus descendentes, durante as entrevistas, também compartilharam dessas opiniões, mostrando a importância que existe na educação e na busca de um conhecimento que pode ser utilizado em prol do outro, do familiar, do amigo, do vizinho, numa troca de experiências. O respeito à escolha profissional dos filhos também foi ressaltado pelos entrevistados: pois o acesso à educação permite que seus familiares conquistem novas profissões:

Outro objetivo perseguido quase obsessivamente é a garantia de oferecer estudos para os filhos mesmo que em escolas particulares, pagas com horas de trabalho nas feiras, quitandas, tinturarias, salões de beleza, ou diante das máquinas de costura. Formados, os descendentes abandonaram os negócios dos pais e partiram para a profissão que escolheram. A educação dos descendentes é um indicador de ascensão social [...] (SAKURAI, 2008, p.135).

Isso deve ser visto com orgulho, e não interpretado como desinteresse em trabalhar na mesma profissão dos pais – no caso, a agricultura ou qualquer outra atividade. O processo de emigração, a adaptação do imigrante japonês no Brasil e muitas outras dificuldades puderam ser vencidas ao longo do tempo. O plano inicial de muitos imigrantes, que era vir ao Brasil para enriquecer e depois voltar à terra natal, mudou. A permanência dos nipônicos ocorreu em grande escala.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estados de São Paulo e Paraná são os que possuem maior contingente de população japonesa no Brasil. A tradição dos nipônicos, presente no Brasil desde 1908, permanece até os dias de hoje, conforme se pode perceber no estudo de caso realizado no presente artigo. Os produtores rurais do município de Assaí-PR ressaltaram que a tradição é fundamental em suas vidas e que não a abandonarão. Isso porque a língua, a música, os usos e os costumes japoneses são praticados e conservados por muitas famílias, que definem este fato como absolutamente necessário, visto que mostra comprometimento com o que aprenderam de seus ancestrais e também permite que seus descendentes se orgulhem da tradição e continuem se esforçando para mantê-la.

Um problema que vem se apresentando é a falta de interesse dos descendentes mais jovens, que nem sempre participam de atividades relativas à conservação da tradição como esperam – e desejam – seus ascendentes. As associações e núcleos de família, nas seções de Assaí, são bons exemplos do comprometimento em manter os costumes, do fortalecimento dos laços de amizade e da difusão do conhecimento, fato que ocorre principalmente entre os mais velhos, tanto homens quanto mulheres.

Assaí, portanto, é um município que recebeu grande contingente de japoneses, os quais fixaram raízes e construíram uma vida em solo paranaense. Muitos dos agricultores entrevistados afirmaram que não tem prezo trabalhar na terra e que não se arrependem de continuar produzindo e disseram também que todo pedaço de chão deve ser valorizado, por isso há tanta preocupação por parte deles em utilizar a terra da melhor forma possível.

A terra, não como mercadoria, mas como lugar para trabalhar e viver, foi ressaltada pelos entrevistados como algo de suma importância. Daí se conclui que ela não é vista somente como negócio, como acontece em parte do país, onde a terra não está cumprindo sua função social, que é a de se manter produtiva e fornecer à população alimentos, subsídio para moradia e espaço para vivência.

Esse ponto da pesquisa tornou-se muito interessante para que uma análise sobre o uso da terra pudesse ser efetuada, não somente com atenção à questão econômica – apesar dessa ser de suma importância –, mas também por um viés social/afetivo, ou seja, por uma característica

peculiar muito presente entre os entrevistados: a admiração pelo solo, pela disponibilidade do mesmo, pelo sucesso que proporcionou a cada família, juntamente com o trabalho humano.

NOTAS

¹A denominação designa a primeira geração nascida de japoneses fora do Japão, ou seja, nisseis são filhos de japoneses.

²Entende-se que fontes orais são carregadas de subjetividade. Apesar disto poder parecer um problema, no caso destas entrevistas, avaliou-se que a subjetividade mostraria os valores culturais na relação com a terra. Foi feito um trabalho de interpretação das falas, buscando a memória viva no que era relevante ao tema deste artigo. Os entrevistados foram numerados para respeitar o anonimato, conforme combinado durante as entrevistas.

³Entrevistando Hermann Oberdiek, sociólogo estudioso de imigrações.

REFERÊNCIAS

ASARI, A. Y. **E eu só queria voltar ao Japão**. Colonos japoneses em Assaí (PR). 1992. Tese (Doutorado)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

CARVALHO, R. de. Na terra e na pesquisa, a força e pujança dos nipônicos. **Folha de Londrina**, Londrina, p. 20, 18 jun. 2008. Caderno: Folha IMIN 100.

DAMIANI, A. L. **População e geografia**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

DEMARTINI, Z. de B. F. Relatos orais de famílias de imigrantes japoneses: elementos para a história da educação brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, ano XXI, n.72, p. 1-30, ago. 2000. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/es/v21n72/4193.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2009.

OBERDIEK, H. [6 junho 2018]. **Entrevista com questionários**. Assaí. Entrevistas concedidas a Jamile Bernardes. Assaí, PR, 06/06/2008. Questionário com 3 páginas preenchido pelo entrevistador, que está com a guarda.

FIORE, A. A. **Banzai**: estação. 4. ed. 2008.

KODAMA, K.; SAKURAI, C. Episódios da imigração: um balanço de 100 anos. In: SAKURAI, C.; COELHO, M. P. (Org.). **Resistência e integração**: 100 anos de imigração japonesa no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. p.16-31.

LAMOUNIER, M. L. Agricultura e mercado de trabalho: trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de café e na construção de ferrovias em São Paulo, 1850-1890. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 37, n. 2, p. 353-372, 2007. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-41612007000200005&script=sci_arttext>. Acesso em: 25 jan. 2009.

LEMES, F. Oceano cultural. **Folha de Londrina**, Londrina, p. 48, 18 jun. 2008. Caderno: Folha IMIN 100.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 1979.

OGUIDO, H. **De imigrantes a pioneiros**: a saga dos japoneses no Paraná. Curitiba: [s.n.]. 1988.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1990.

_____. O que é? Renda da terra absoluta. **Revista Orientação**, São Paulo n. 7, p. 77-86, 1986.

PEREIRA, N. de O. M.; OLIVEIRA, L. A. P. de. Trajetória dos imigrantes japoneses no Brasil: Censo demográfico 1920/2001. In: SAKURAI, C.; COELHO, M. P. (Org.). **Resistência e integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. p. 32-53.

SAKURAI, C. **Os japoneses**. São Paulo: Contexto, 2007.

SANO, R. K. Japoneses: sonhos e pesadelos. **Trabalhadores**, Campinas, SP, p.1-4, 1989. Disponível em: <www.terrabrasileira.net/folclore/influenc/japonhis.html>. Acesso em: 7 mar. 2008.

SANTIN, W. A vitória pela força dos livros. **Folha de Londrina**, Londrina, 18 jun. 2008. Caderno: Folha IMIN 100.

SCHPUN, M. R. Imigração japonesa no Brasil: riquezas de uma presença secular. In: SAKURAI, C.; COELHO, M. P. (Org.). **Resistência e integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. p. 173-186.

SÍMBOLOS nacionais. **Mapas dos estados do Brasil**: Paraná. Disponível em: <<http://simbolosnacionais.blogspot.com/search/label/Mapas>>. Acesso em: 26 fev. 2009.

TOMIMATSU, M. Tradição japonesa em transformação. **Folha de Londrina**, Londrina, 16 maio 2008. Caderno: Opinião. p. 3.

Data de submissão: 10.05.2011

Data de aceite: 22.07.2012

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.